

# A EDUCAÇÃO PELO DESAFETO

<http://dx.doi.org/10.11606/issn.2237-1184.v0i23p167-183>

Tiago Guilherme Pinheiro<sup>1</sup>

Universidade de São Paulo

## RESUMO

Este artigo busca compreender, a partir da obra de Martín Kohan, a relação que se estabelece entre gramática, literatura e violência, através de uma demanda afetiva contínua – que poderíamos chamar de “pedagógica” – por essas práticas. Com isso, pretendemos retratar certas imagens da história desse vínculo na América Latina, para então compreender eventos recentes envolvendo a política do ensino neste continente.

## ABSTRACT

*This paper aims to understand, departing from the works of Martin Kohan, the relation between grammar, literature and violence, through a continues affective demand – one which we could call “pedagogical” – by these practices. With this we intend to retrace certain images of the history of this link in Latin America, in order to understand recent events concerning the politics of teaching in this continent.*

## PALAVRAS-CHAVE:

Martín Kohan.  
literatura e educação.  
ditadura militar  
latino-americana.  
literatura e democracia.  
ocupação das escolas  
brasileiras em 2015-2016.

## KEYWORDS:

*Martín Kohan.  
literature and education.  
Latin-American  
military dictatorship.  
literature and democracy.  
occupation of Brazilian  
schools 2015-2016.*

---

<sup>1</sup> Pós-doutorando pelo IEL-Unicamp e bolsista da Fapesp. Doutor em Letras pelo DTLLC-USP.

**P**ara o leitor que agora vivencia a nova fase do estado de exceção brasileiro, um título como *Dos veces junio* evoca inevitavelmente certos episódios recentes do país. Que o livro seja argentino e publicado em 2002 tão pouco muda isso. Ler ou reler o livro de Martín Kohan (1967-) após os movimentos que tomaram as ruas das capitais do Brasil contra o aumento da tarifa de ônibus em 2013 e, depois, contra a Copa do Mundo de Futebol, em 2014 – com todos os desenvolvimentos, repressões e retornos posteriores –, que tiveram lugar justamente em Junho (tal acontecimento muitas vezes é nomeado assim), abre sem dúvida um problema peculiar de interpretação. Ao adentrarmos o volume, a reincidência do evento esportivo e das figuras militares apenas reforça essa associação entre o texto, os eventos que ele narra e o nosso presente, impelindo a construção de uma interpretação que dê conta do signo que paira sobre esse mês, duas vezes duplicado, para além de certa arbitrariedade do calendário e dos movimentos planetários. Cabe então ponderar sobre as opções que se descortinam, entre a crítica da astrologia e a leitura constelar.

A primeira possibilidade consistiria na tentativa de compreender as tendências supersticiosas que surgem diante das associações entre coincidência e infortúnio. A ideia de que existe algo imanentemente fatídico em uma determinada data é apenas a versão mais vulgar e evidente desse sintoma que se quer entender. No entanto, tal forma de pensar é intimamente aparentada com o raciocínio que busca, de forma paranoica, identificar elementos mínimos que conduzem a resultados indesejados. Aí reside, por exemplo, o ritual do torcedor, que repete ou evita uma série de procedimentos e símbolos, buscando, em sua passividade de espectador, manipular o desenvolvimento da partida que assiste. Mas também o sujeito-cidadão que, em sua mínima capacidade de legislar, procura as raízes de um cenário de crise econômica e política na decadência moral ou em sabotagens e conspirações.

O livro de Kohan, como veremos, está repleto desses dois tipos supersticiosos – que acabam se confundindo, já que a maior parte dos personagens enxerga, nos resultados da seleção argentina nas Copas de 1978 e 1982, o destino do próprio país, assim como o da ditadura militar, a qual

eles se filiam (do mesmo modo, vê-se nas derrotas um indício da ausência de disciplina e ordem social que o estado autoritário necessita corrigir). Essa tendência de relacionar datas e fatalidades, caráter e decadência, contra a qual seria necessário lançar uma interpretação crítica, aproxima-se daquilo que Theodor Adorno, analisando colunas de horóscopo, nomeia como o dispositivo regressivo do pensamento esclarecido.<sup>2</sup>

Por outro lado, podemos ver também, na aproximação desses dois pares de junho, a oportunidade de incorrer numa interpretação benjaminiana, generosa com as conjunções astrológicas, já que vê nesse procedimento anacrônico um tipo de nexos temporal que permite interpretar fatos distantes desde um vínculo que não é nem causal, tampouco linear e progressivo, sem deixar de ser rigoroso.<sup>3</sup> Ao invés de desvelar a racionalidade perversa propiciada pelas coincidências, essa via as emprega como ponto de partida para constituir explicações historicamente mais amplas para nosso presente.

Os livros de Kohan parecem solicitar um revezamento entre essas duas formas de posicionamento interpretativo. E ainda que enveredemos pela vertigem do tempo, construindo pontes entre momentos diversos, a primeira opção sempre estará bastante próxima, já que estamos lidando com uma espécie de mitologia da violência, uma violência que se quer tão instrutiva quanto amorosa, na medida mesmo de sua capacidade de opressão.

Assim, não será tanto no aspecto esportivo que este artigo focará – o policial, certamente, é inevitável –, mas num problema lateral, corretivo, cuja persistência, no entanto, tem larga genealogia, ressurgindo insistentemente. Trata-se, enfim, de uma questão que qualquer aluno sente na pele, marcada em seu corpo: questões de gramática, ortográfica, constitutiva da escrita de Kohan – em *Dos veces junio*, mas também em *Ciencias morales* (2007) – e demais contemporâneos. Algo que reverbera a pedagogia do nosso tempo.

## 1. O afeto pela gramática

A narrativa de *Dos veces junio* gira em torno de uma única pergunta, que surge já nas primeiras linhas do livro: “¿A partir de qué edad se puede empesar a torturar a un niño?”.<sup>4</sup> Essa frase aparece rabiscada, sem maiores informações e sem que se saiba por quem, numa caderneta de recados de um posto militar. Diante dela, um soldado tece considerações sobre como deve

<sup>2</sup> ADORNO, Theodor. *As estrelas descem à terra*. Trad. Pedro Rocha de Oliveira. São Paulo: UNESP, 2008.

<sup>3</sup> BENJAMIN, Walter. “A doutrina das semelhanças”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo, SP: Brasiliense, 1994.

<sup>4</sup> KOHAN, Martín. *Dos veces junio*. Buenos Aires: Sudamericana, 2002, p. 11. A partir de agora, DVJ.

agir diante do incômodo que a anotação lhe causa. Tal hesitação, entretanto, não se demora: ele imediatamente pega a caneta remordida e desenha os traços da letra “z” sobre o “s”, dando a palavra “empezar” sua forma ortográfica correta, descrevendo com meticulosidade o seu ato. E, por fim, agrega: “*Pocas cosas me contrarían tanto como las faltas de ortografía*”.<sup>5</sup>

Nenhuma palavra sobre o cunho obsceno da pergunta – esse “fora de cena” que, no entanto, aparece exposto a qualquer leitor, uma contradição que permeia o livro como um todo. Sua única preocupação “moral” envolve questões hierárquicas: teria ele o direito de corrigir a anotação de um (provável) superior? A resposta – que ele considera negativa – não o impede de justificar a necessidade de tal ato. Logo, após perceber que sua intervenção não foi notada, deixa tais preocupações de lado, e passa a focar na missão seguinte: encontrar o “doutor” Mesiano, entidade competente para oferecer um parecer “médico” preciso.

Se esse anônimo narrador dá o problema gramatical como resolvido (porque despercebido), ao leitor ele parecerá assombrar o texto, já que nele parece residir o dispositivo que neutraliza o horror da pergunta, redobrando-o.

De fato, há um aspecto que podemos chamar de incorrigível em toda a narrativa de *Dos veces junio*: as frases são curtas, incisivas, compondo breves notas agrupadas em capítulos igualmente sucintos. Não há espaço ou mesmo necessidade de um desenrolar dos raciocínios ali expostos: as conclusões chegam logo ou simplesmente são postergadas até que se encontre alguém capaz de determiná-las.

Esses elementos imediatamente distanciam o livro de Kohan dos dois recursos maiores da literatura pós-ditatorial argentina: o testemunho e a alegoria.<sup>6</sup> Com isso, o autor afasta-se – tanto formal quanto temporalmente – de nomes centrais e já então consagrados do cenário cultural dos anos 1980-1990, tais como Ricardo Piglia, Tununa Mercado e Osvaldo Lamborghini, inserindo-se numa outra série, formada por Fogwill de *Los pichiciegos* (1983) e Luis Gusmán de *Villa* (1996) (livro do qual Kohan inclusive retira a epígrafe de *Dos veces junio*). É notório como esses três livros, ao invés de focalizarem vítimas e perseguidos, adotam outra perspectiva ficcional, aderida ao regime de violência estatal: o ponto de vista do subordinado. Seja desde miseráveis desertores da Guerra das Malvinas ou um funcionário público da área de bem-estar social, esses textos se constituem pelas vozes daquele que se situam, não no último degrau da pirâmide cívico-militar, mas um pouco acima, dotado da mais mínima autoridade. Trata-se do estrado que, sem ter

<sup>5</sup> DVJ, p. 11-12.

<sup>6</sup> Cf. AVELAR, Idelber. *Alegorias da derrota: a ficção pós-ditatorial e o trabalho do luto na América Latina*. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

poder de decisão, movimenta e alimenta o terrorismo policial justamente por se ver desvinculado da noção de responsabilidade.<sup>7</sup> São vozes que operam crimes, na medida mesma em que não assumem sua autoria. Por esse motivo, a forma da narração possui um caráter tão peculiar nos livros de Kohan.

Para entendermos como o discurso do jovem oficial ganha sua aparente solidez em *Dos veces junio* é preciso prestar atenção no movimento de entrelaçamento entre cenários distintos que fixam a trama de cada capítulo. Ainda no primeiro, intitulado “Cuatrocientos noventa y siete”, as ponderações sobre o erro ortográfico e a insubordinação da correção se revezam com cenas da convocatória do narrador para o serviço militar obrigatório, e do orgulho de seus pais ao ouvirem seu número no rádio (cifra essa que dá nome à seção). Entre a precisão do número e o arbítrio da grafia equivocada se estabelece um paralelo de valores que o narrador logo inverte: os números, em sua exatidão racional, não passam de mera loteria, enquanto a gramática possui um regimento de precisão necessária. Assim, nessa mesma lógica de histórias simétricas, o texto passará a narrar a tortura sofrida por uma “extremista” em processo de parto, entrecortado pelas lições de moral do pai do jovem recruta sobre como se portar no exército – uma espécie de código de conduta aparentemente anedótico que, no entanto, parece dirigir toda as decisões do personagem. Esse paralelismo será constitutivo no livro: o capítulo “Mil novecientos e setenta e oito”, por exemplo, irá se revezar entre a procura por Mesiano nas arquibancadas do Estádio e uma série de listas envolvendo qualidades diversas (posição no campo, altura, time de origem, etc.) da seleção argentina, numa espécie de mantra enumerativo. De alguma maneira, constrói-se um aparato de escoramento entre essas tramas, criando um suporte mútuo.

No entanto, a despeito do caráter sólido que essa arquitetura numérica arma, sua instrumentabilidade não se limita ao anseio pela medida e pela precisão. A armadilha aqui é aceitar o paralelismo que se insinua entre a calculabilidade de certos elementos e os atos de crueldade indiferentes como prova de uma equivalência imediata. O próprio protagonista exhibe a chave dessa relação: “*Claro que muchas veces la ciencia se vale también de cifras, y los números sirven a los cálculos más racionales. Aquí, sin embargo, se trataba de un sorteo, y en los números no se jugaba otra cosa que la suerte*”.<sup>8</sup> O numérico, tal como interpreta o protagonista, sob a aparência de

<sup>7</sup> KOHAN, Martín. “Un tiempo de horror eficaz”. Entrevista concedida a Guillermo Piro. Clarín, Buenos Aires, 29 jun. 2002. Disponível em: <http://edant.clarin.com/suplementos/cultura/2002/06/29/u-00601.htm>. Último acesso: 18 out 2016.

<sup>8</sup> DVJ, p. 11.

inevitabilidade e precisão, habita o plano do acaso.<sup>9</sup> Como bem lembra Neumann, tal é a estrutura autoritária que o século XX viu ascender com o nazismo: uma estrutura jurídica rígida, ultracodificada, derivada de uma racionalidade que visa ordenar todos os elementos da vida social, só é sustentada a partir de uma base subadjacente constituída de resoluções arbitrárias de poder, como, por exemplo, o aparato policial.<sup>10</sup>

E, no entanto, mesmo conjugando cálculo e arbitrariedade, esse discurso altamente impassível pela sua estrutura ordenada (na dupla acepção dessa palavra), possui suas fissuras. Por baixo de sua objetividade indiferente, prolifera uma série de peças em tensão que possibilita uma série de conjunturas sobre o passado latino-americano recente e seu próprio presente.

Isso indica que, apesar da exatidão dos números ser imprescindível na administração dos vivos e mortos, a paixão despertada pelo elemento gramatical no livro de Kohan possui uma dimensão diferente e suplementar.

Nesse ponto, devemos rever a imagem, bastante recorrente, do algoz como alguém destituído de afetos. Visão essa que o próprio narrador alimenta, em afirmações como “*todo lo sentimental me ha resultado siempre despreciable*”.<sup>11</sup> Tal como a racionalidade do cálculo recai em certa numerologia, a impassibilidade e a indiferença do discurso estão, apesar de tudo, investidas com emoções. Mesmo os piores atos nazistas estavam impregnados de sentimentalismo: o chamado “truque de Himmler” consistia justamente em inverter o sentido da piedade pela vítima em direção ao próprio assassino.<sup>12</sup> Essa torção é bastante visível em *Dos veces junio* quando os carcereiros afirmam que a vítima de suas torturas só teria engravidado como forma de fazê-los sofrer ainda mais.<sup>13</sup> Substitui-se assim o pensamento “que coisa horrível eu fiz” por “que coisa horrível esse prisioneiro me obrigou a fazer”, criando um *looping* no aparato psíquico da crueldade. No entanto, mais que a “banalidade do mal” tal como descrita por Hannah Arendt (referência importante para Kohan), aqui devemos lembrar a leitura que Slavoj Žižek faz desse termo: o funcionário nazista não era apenas um burocrata seguindo ordens, destituído da autoconsciência de seus atos pelo senso de dever (note-se que esse é o argumento que Eichmann apresentou

<sup>9</sup> Não devemos esquecer que, apesar de ser tomada como aparato técnico máximo da racionalidade exploratória e autoritária, em suas mais diferentes versões, a matemática também pode ser produtora de pensamento emancipatório. A ditadura de Videla sabia muito bem disso: não por outro motivo, o ensino da teoria dos conjuntos foi proibido em certas escolas, principalmente em Córdoba, por ser “abertamente subversiva”, promovendo a “associação entre iguais” (Cf. INVERNIZZI, Hernán; GOCIOL, Judith (Org.): *Un golpe a los libros: represión a la cultura durante la última dictadura militar*. Buenos Aires, Eudeba: 2002).

<sup>10</sup> NEUMANN, Franz L. *Behemoth: the structure and practice of national socialism (1933-1944)*. Chicago: Ivan R. Dee, 2009. Cf. também ARANTES, Paulo. “1964: o ano que não acabou”. In: TELLES, D.; SAFATLE, V..O que resta da ditadura. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 215.

<sup>11</sup> DVJ, p. 50.

<sup>12</sup> ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém: um relato sobre a banalidade do mal*. Trad. José Rubens Siqueira. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 1999. p. 122.

<sup>13</sup> DVJ, p. 115.

como sua defesa), mas alguém que empregava os rituais do poder como forma de obter seu gozo obscuro.<sup>14</sup>

Esse tipo de jogo pervertido cumprirá um papel importante em *Dos veces junio* na composição de cenas entretidas que forma o capítulo “Cinco”, no qual o recruta passa a noite com uma prostituta contratada por Mesiano, como compensação pela derrota do time argentino. Essa então se oferece para fazer qualquer coisa que o soldado pedir, ao que ele responde: “não finja”. Percebendo que essa exigência o faz cair numa espécie de armadilha, numa impossibilidade de obtenção da verdade, o narrador troca seu pedido, ordenando-lhe que mentisse, que fingisse que ele a matava.<sup>15</sup> Só assim crê obter controle sobre o desejo e o desejo de controle: a credibilidade não advém da revelação da verdade oculta, mas da exposição do corpo a impossibilidade de escape da ordem.

A complexidade da cena está nas inúmeras narrativas postas em paralelo a essa: a da surra aplicada por um marido em sua mulher quando a encontra na cama com o melhor amigo; a de um estupro de uma jovem por cinco soldados; diálogos com Mesiano sobre a história das jurisdições argentinas; além de reflexões sobre maneiras de arrancar a verdade de um corpo, com óbvias alusões a prática da tortura: “*Se podía hacer lo que uno quisiera con el cuerpo resignado, excepto sacarle algo que a las claras mostrara que era una expresión de autenticidad, y no un ardid o un fingimiento*”.<sup>16</sup> Esse último trecho impõe certa dúvida, já que pode ser atribuído tanto ao soldado quanto a um dos torturadores da prisioneira que acaba de dar a luz. Se existe alguma analogia estrutural entre essas duas possibilidades, isso se deve porque, em ambas, a exigência pela verdade é só um elemento de encenação: não se trata de extraí-la, mas de pressupô-la e esvaziá-la para causar sofrimento e dominação alheios (e satisfação pessoal).<sup>17</sup> Ao determinar o outro como produtor de um suposto saber a ser arrancado, essa pedagogia perversa inscreve no corpo torturado que o saber pertence ao sujeito da Lei, cuja verdade é pura ordenação.

No entanto, sem diluir a situação extrema da tortura, gostaria de mostrar como, em Kohan, essa gramática – pois é disso que se trata – com seu poder *corretivo* (termo que, não por acaso, é sinônimo para a violência policial) possui um papel muito mais geral na história cultural do continente americano. De certo modo, essa prostituta com tique nervoso nos lábios

<sup>14</sup> ŽIŽEK, Slavoj. *Arriscar o impossível*. Entrevistas com Daly Glyn. Tradução de Vera Ribeiro. São Paulo: Martins Fontes, 2006. p. 157-158.

<sup>15</sup> DVJ, p. 108.

<sup>16</sup> DVJ, p. 99.

<sup>17</sup> Cf. AVELAR, Idelber. “De Platão a Pinochet: Tortura, confissão e a história da verdade”. In: *Figuras da violência*. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 49-50.

torna-se a encarnação de certa ideia de língua na qual o protagonista investe seus afetos, produzindo o próprio corpo da narrativa. Isso se deve à posição excepcional que ela ocupa no livro: é a única figura dotada do mais mínimo traço de transcendência. Isso fica claro nas últimas linhas, quando, passado quatro anos, o recruta (agora um médico formado) visita Mesiano para oferecer suas condolências pelo filho que perdeu nas Malvinas:

El sueño tarda en llegar. Cuando por fin me duermo, sueño con aquella puta del tic nervioso en la boca. Por supuesto que ya no me acuerdo de cómo era su cara: sueño con una mujer de rostro difuso, una mujer indefinida; pero en el sueño yo sé que se trata de ella, y en ese rostro difuso existe el tic. [...] Se echa desnuda en una cama ilimitada, y sin esperar a que yo esté encima de ella, jadea y exclama: ‘Matame, soldadito, matame’.<sup>18</sup>

Na simultaneidade entre singular e universal dessa mulher que passa a habitar os sonhos do narrador, encontramos uma semelhança sutil e insuspeita com aquele tropo da adoração da amada transfigurada em saber esotérico que povoou a imaginação da poesia provençal e do *stil nuovo* italiano.<sup>19</sup> Para o soldado, também aquela foi a “noite da cifra mística”.<sup>20</sup> Esse paralelo ganha maiores proporções quando pensamos em toda uma tradição de interpretes que vê, na figura dessa amada, uma alegoria da própria língua vulgar adotada poeticamente por esses autores. Tratava-se de uma língua que ainda não constituía normatividade “perpétua e incorruptível” (como o latim), mas cuja experiência era “primordial e imediata”, alimentada pela reinvenção constante de suas estruturas, ou seja, uma língua do amor, tal como explica Agamben, a partir do *De vulgari Eloquentia*, de Dante.<sup>21</sup> Em outras palavras, trata-se de uma relação na qual a gramática, mesmo que mais antiga, sucede a experiência da língua. Podemos dizer que o eco dessa figura medieval só comparece em *Dos veces junio* numa versão deturpada. Essa economia bilíngue é justamente a antítese dessa narrativa incorrigível, já que essa sobrepõe a língua do amor a do saber, invertendo a ordem de antecedência da língua pela gramática. Tal é a paixão do soldado, capaz de neutralizar os horrores de seu dever e mesmo de subverter a estrutura autoritária na qual está inserido, em favor da clareza dessa norma originária.

Essa anteposição da gramática ao próprio uso da língua parece encontrar uma analogia na cronologia da colonização das Américas: o seu início é apenas um pouco posterior ao surgimento dos primeiros tratados de

<sup>18</sup> DVJ, p. 188.

<sup>19</sup> AUERBACH, Erich. *Dante: poeta do mundo secular*. Trad. Raul de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 81-82.

<sup>20</sup> DVJ, p. 107

<sup>21</sup> AGAMBEN, Giorgio. “O sonho da língua”. In: *Categorias italianas*. Trad. Carlos Eduardo Schmidt Capela e Vinícius Nicastro Honesko. Florianópolis: EDUFSC, 2014, p. 79-80.

padronização das línguas portuguesa e castelhana.<sup>22</sup> Essa correspondência histórica ganha dimensão simbólica para as populações hegemônicas hispânicas e lusófonas, cuja filiação com as culturas colonizadoras vem sendo alimentada há séculos: não se trata mais de simples questão de normatividade, tão pouco de competência, mas de um sentimento de despossessão fundamental que associa a possibilidade de uso verdadeiro da língua a um saber prévio que, no entanto, nos é alheio. Não por acaso, uma das imagens que operam como “cenas originárias” na história deste continente é a da frustração pedagógica jesuítica, de fazer os povos autóctones aprenderem (o que consideram) aprender (seja a língua do colonizador, a sua teologia ou a obedecê-los).<sup>23</sup> Esse cisma sobrevive e é alimentado ao longo da história, como se tratasse de um trauma na linguagem em permanente renovação.

Em *Dos veces junio*, a alusão a essa ancestralidade gramatical aparece num comentário, no mesmo capítulo “Cinco”, sobre o termo Quilmes: não só é uma localidade ao sul de Buenos Aires, uma marca de cerveja (que, aliás, foi patrocinada pelo governo na época da Copa de 1978) ou um time de futebol, mas o nome de um povo da região de Tucumán que foi “transladado” – termo igualmente empregado para os prisioneiros do regime militar – até aquela região, onde acabaram perecendo em sua maioria. Não por acaso, é também o lugar onde se encontra a prisioneira e sua criança no livro.<sup>24</sup>

Não nos esqueçamos como as gramáticas jesuíticas costumavam traçar paralelos entre as línguas indígenas e o latim, tanto por sua idealidade quanto por sua mortandade, sem que aquelas deixassem de ser profanas. Pedro Lozano (1697-1752), sacerdote que registra a história dos Quilmes, também endossou teorias similares desse tipo.<sup>25</sup> No entanto, esse breve sonho de convergência do multilinguismo latino-americano acabou sendo sobrepujado, em boa parte, pela institucionalização do pesadelo do monolinguismo do Outro,<sup>26</sup> tomando as línguas indígenas como destinadas à extinção: não se trata apenas do fato de que falo uma língua que não me pertence (todos partilham essa condição), mas da sensação que esse saber é de posse de um sujeito fantasmático, que frequentemente se confunde com a própria Lei. A resposta, pedagógica e autoritária, passa a ser então a de estabelecer essa

<sup>22</sup> FINAZZI-AGRÒ, Ettore. *Entretempos: mapeando a história da cultura brasileira*. São Paulo, SP: Editora UNESP, 2013. p. 125-130.

<sup>23</sup> Cf. CORNEJO POLAR, Antonio. *O condor voa: literatura e cultura latino-americanas*. Trad. Ilka Valle de Carvalho. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

<sup>24</sup> DVJ, p. 107-108.

<sup>25</sup> ZWARTJES, Otto. *Portuguese Missionary Grammars in Asia, Africa and Brazil (1550-1800)*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamin Publishing Co., 2011, p. 115.

<sup>26</sup> DERRIDA, Jacques. *Le monolinguisme de l'autre ou la prothèse d'origine*. Paris: Galilée, 1996.

defasagem como déficit de afeto, de amor pela língua do Outro. A versão fatídica da histórica professada por Melisano, na qual não cabe perguntar pelas razões das derrotas passadas, produz aqui seu equivalente linguístico. Da mesma forma, a sua solução para a impossibilidade de se torturar a criança (devido ao critério, igualmente arbitrário, do seu peso) é acolhê-la e educá-la como membro de sua própria família.

E, no entanto, o amor por essa gramática não parece ser senão atualizado na linguagem da própria narrativa de *Dos veces junio* – uma linguagem que remete a um outro momento histórico.

## 2. A gramática da liberdade

Entre tantas duplicidades que perpassam *Dos veces junio*, há uma que se instaura no interior da própria enunciação: o jovem soldado não detém o monopólio da narração, mas a divide com uma espécie de dublê. Ainda que possamos identificar com certa facilidade os trechos que não podem ser atribuídos ao protagonista do livro pela simples desaparecimento da primeira pessoa do singular, essa troca de perspectivas, no entanto, não se apresenta como quebra e diferença de tom ou estilo. Mais que isso: esse outro narrador constrói para si uma camuflagem: não para se harmonizar com o fundo, mas contra um cenário mosqueado, ser também mosqueado, para usar a definição de mímica de Lacan.<sup>27</sup> Entretanto, esse duplo não se explica simplesmente pela intrusão de um narrador onisciente e impessoal (qualidades que, significativamente, o protagonista parece tanto querer incorporar em sua fala, e *vice e versa*). Tal variação de focos sinaliza, na verdade, o desnivelamento entre o contexto do personagem e o da narração como um todo. Por essa trinca na lente narrativa nota-se que a condição de produção do livro de Kohan não se confunde com a dos fatos narrados: entre o que aconteceu e a possibilidade de formalizar tais acontecimentos existe um lapso.

A diferença fundamental que demonstra a distância existente entre esses dois narradores reside não tanto em questões de saber, mas da enunciação desse saber. Diferença quase silenciosa que se deixa entrever numa cena central do livro: a conversa entre o protagonista e a vítima torturada. Nela, a prisioneira implora que o soldado ligue para certo número de telefone e informe onde ela está, repetindo constantemente que ele “não é como os outros”. Tal como no momento da correção ortográfica no início do livro, fica claro que tal ato passaria despercebido. No entanto, o recruta se

<sup>27</sup> LACAN, Jacques. *Seminário XI: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*. Trad. M. D. Magno. Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 104.

nega, abandonando seu tom impassível, demonstrando nervosismo e descontrole. Por fim, ouve tudo o que fizeram com ela:

La voz traspasaba la puerta como si la puerta no existiera. De este lado de la puerta estaba yo. La voz traspasaba la puerta para contarme las cosas que pasaban. Yo le dije: “Callate, hija de puta, callate de una vez”. Pero ella siguió, apurada, y no obstante el apuro, se detuvo en detalles. Yo no dejé de decirle: “Te estoy diciendo que te calles, hija de puta, cállate de una vez”, porque empezó con los detalles y a mí me hartaban los detalles.<sup>28</sup>

Ora, o recruta, com sua fixação por enumerações e descrições – o mesmo que não teve qualquer pudor em expor a pergunta sobre a criança torturada –, nada diz sobre os sofrimentos daquela prisioneira. Eis aqui um estranho jogo de revelação e obscenidade: essa censura no discurso não é válida nem para um livro como um todo, nem para nós leitores, porque já o sabemos de antemão. Todas as atrocidades cometidas já nos foram informadas desde o início, por essa outra voz que, em sua objetividade impessoal, coloca-se como exemplar mesmo das possibilidades de sua própria enunciação. Contudo, essa voz que não se nomeia deixa transpassar certa demonstração de cinismo, pois se coloca num plano de consciência e despudor superior, que nem mesmo a perversidade do soldado se permitiu atingir. De certo modo, esse outro narrador exhibe também seu amor pela língua do saber, ainda que numa instância diferente: trata-se de uma gramática que ama sua condição de liberdade ao expor inclusive a pior das violências, neutralizando-as. Mas isso só ocorre desde lugar distinto, dotado de “mais luzes”, por assim dizer.

A única certeza que temos é que a forma narrativa de *Dos veces junio* não condiz com o regime discursivo no qual o recruta se situa. O lugar de enunciação dessa voz é posterior: parece não ser outro que o da democracia pós-ditatorial. Uma gramática que, para se legitimar, expõe constantemente sua própria promessa de liberdade, uma liberdade que, no entanto, também se quer incorrigível. Por isso, esse estranho fenômeno apontado no livro de Kohan: justamente na cena que o soldado se defronta, em alguma medida, com sua responsabilidade pelas violências do Estado no qual opera, a voz narrativa permanece impassível, justificada pelo direito garantido em expressar sua própria liberdade, expondo tudo aquilo que aconteceu, livre de contaminação e consequências. Assim, a mimetização do protagonista mostra sua função: essa outra narrativa que se coloca como o avesso da ditadura, nada mais é do que a voz da anistia geral, a voz anistiada.

<sup>28</sup> DVJ, p. 138.

A dupla temporalidade dos regimes de enunciação formalizados no livro denuncia não só um problema entre noções de saber e liberdade, mas também remete à questão da formação do autor, ou ainda, daquilo que se sedimenta no aprendizado da língua. Isso não é uma exclusividade da obra de Kohan, mas afeta toda uma geração de escritores do Cone Sul latino-americano, cujo processo (incontornavelmente investido de fortes afetos) de aquisição da linguagem e das técnicas de escrita – isto é, dos saberes que dão base à prática literária – foi constituído por práticas pedagógicas desenvolvidas pelo próprio regime militar. Não só essa tensão com a afecção pela linguagem marca suas obras – o que inclusive as fazem partilhar certo tom de apatia –, mas também a rememoração do cenário escolar. Nessa série estão também o argentino Patricio Pron (1975-) e o chileno Alejandro Zambra (1975-), cada qual com suas formas singulares de lidar com tais sintomas.

Em Kohan, isso é abordado no seu livro seguinte, *Ciencias morales*. A protagonista desta vez é María Teresa, jovem inspetora do Colégio Nacional de Buenos Aires durante o ano de 1982. O enredo é simples: obsecada com a ideia de encontrar algum jovem fumando, María Teresa se esconde continuamente em uma das cabines do banheiro masculino. Aqui também existe uma relação entre extração da verdade e prazer erótico: a inspetora logo começa a sentir pontadas de satisfação corporal ao se entrincheirar naquele ambiente, sem entender direito o que se passa. Mais do que no livro anterior, temos aqui uma protagonista destituída de qualquer consciência da estrutura de poder que representa: para ela a regra basta, sem que seja preciso sequer o aporte de um discurso nacionalista ou bélico. Além disso, ela também se torna vítima de seus superiores, sofrendo abusos sexuais do chefe dos inspetores. María Teresa se encontra na borda entre o subordinado e o subalterno. Não por acaso, o sujeito da narração, mesmo que muito próxima dela, não se confunde com a voz da protagonista, ainda que nunca a tire de vista, em um discurso indireto livre. O narrador claramente faz questão de explicitar sua capacidade de adentrar os pensamentos da personagem – deixa claro que, afinal, é ele quem dá voz literária a María Teresa –, ao mesmo tempo em que não está limitado pelos pudores de sua fala.

Também nesse livro encontramos uma cena ímpar, devido ao resquício alegórico destoante que nela resiste. Trata-se de uma referência às gravuras de Cândido López (1840-1902) sobre a Guerra do Paraguai, exibidas durante uma aula de artes para qual María Teresa é convocada a operar o projetor. O texto enfatiza a perda em combate da mão direita de López e como ele aprendeu a desenhar com a canhota para, assim, continuar seu trabalho no

campo de batalha. Comenta-se que, no detalhe de uma de suas gravuras, ele retrata o momento preciso da amputação. Sem dúvida, há uma interpelação ao leitor para que se veja nessa descrição uma analogia à própria condição do autor do livro: alguém que, inversamente, teve que reaprender a escrever com a esquerda, porque foi ensinado a fazê-lo com a outra mão. A cena, inclusive, duplica-se, criando um *mise en abyme*: a narração se interrompe para dar lugar ao comentário de um garoto (algo atípico numa sala de aula, como bem percebe a inspetora): “*Lo que me gusta de este pintor es que estuvo en el medio de la guerra, pero la pinta como si no hubiera estado*”.<sup>29</sup> Assim como na cena desenhada por López, podemos ver nesse detalhe um autorretrato do futuro autor – e da formação que marca a escrita do livro.

No entanto, esse esforço de escrever com a outra mão, de narrar como se não estivesse lá, inserindo-se sorratamente no texto, não aparece formalizado como uma nova voz narrativa, mas se faz sentir nas entrelinhas, em sua ausência. Ele se configura, por exemplo, como a força silenciosa que reúne e põe em tensão as vozes do recruta e aquela outra, camuflada, em *Dos veces junio*. Ou ainda, que focaliza toda a ação dos dois livros em dias de derrota para a Junta Militar argentina, seja nos campos de futebol ou de batalha (*Dos veces junio* e *Ciencias morales* terminam simultaneamente em junho de 1982, com a Guerra das Malvinas). De certo modo, é uma agência que busca elidir tanto a escrita incorrigível quanto a anistiada, sem por isso poder se inscrever.

Por fim, devemos atentar para outra junção entre gramática e afeto que a obra de Kohan remete e busca enfrentar, e que se introduz na história da própria prática literária, desde seu justo alvorecer na América Latina. Tal rememoração se dá pelo elo que se estabelece entre *Ciencias morales* e um livro inaugural, que se passa no mesmo Colégio Nacional de Buenos Aires, fato ao qual María Teresa frisarà insistentemente: o clássico das leituras obrigatória nas escolas *Juvenilia* (1882).<sup>30</sup> Aliás, no próprio início do livro, temos novamente uma cena de correção, dessa vez envolvendo a pronúncia do título desse livro de Miguel Cané (1851-1905). Trata-se de um romance de formação, em duplo sentido: a de aprendizagem estudantil, mas também de composição do campo literário argentino.

De fato, a instituição literária na América Latina sempre teve e ainda tem grande dificuldade em se legitimar socialmente, de estabelecer certa autonomia em relação a outras esferas. Por isso, sua associação com as instituições escolares e com certo imaginário amoroso foi sempre crucial. Como Sommer aponta, todos os livros “fundacionais” do continente –

<sup>29</sup> KOHAN, Martín. *Ciencias morales*. Barcelona: Anagrama: 2007, p. 108. A partir de agora, CM.

<sup>30</sup> CANÉ, Miguel. *Juvenilia*. Buenos Aires: Nuevo Siglo, 1995.

*Iracema*, de José de Alencar, *Doña Bárbara*, de Rómulo Gallegos, *Martín Rivas*, de Alberto Blest Gana, entre outros – são romances no sentido forte da palavra: não só envolvem uma trama amorosa, como buscam incutir em seus receptores um laço afetivo com o hábito da leitura de ficção.<sup>31</sup> Da mesma forma, as memórias escolares, amplamente praticadas nessa época, multiplicando-se por todo o continente (basta lembrar *O ateneu*, de Raul Pompeia), incluem em si mesmas um discurso sobre o papel civil do homem de letras. Molloy nota que *Juvenilia* atingiu um grau de popularidade comparável a *María*, de Jorge Isaacs, o título mais editado da época.<sup>32</sup> Essa associação não é em vão: enquanto o enredo do romance se baseia na promessa de emancipação (nacional e pessoal) pelo cumprimento do casamento, a memória escolar fornece uma narrativa exemplar que, a despeito de ter em seu seio uma história de rebeldia libertária (no caso de Cané, contra o reitor autoritário do colégio, associado aos provincianos), inicia e termina com considerações morais e conciliatórias, tomando as disputas já de um ponto de vista distante, experiente (a despeito de o autor ter apenas 31 anos quando escreve o livro). Essas duas vertentes, faces de uma mesma moeda, logo se fundem na exigência pedagógica por amor ao objeto literário, que tal como a instituição do casamento, esconde dentro de si a violência de sua imposição, que se alimenta de sua própria idealidade.<sup>33</sup>

Toda essa série de vínculos de afeto e autoridades, transpassadas na e pela literatura, irão revelar o seu lado mais espúrio em *Ciencias morales*: nele, os alunos devem explicitar sua devoção pela história da nação, do colégio, da bandeira, da literatura (que é a suma de todas essas outras histórias, como aponta o narrador), não apenas da boca para fora, mas como se realmente quisesse dizê-lo.<sup>34</sup>

No entanto, não é apenas o discurso autoritário que se serve da exigência pelo afeto à literatura em *Ciencias morales*. Nele, o campo estético está igualmente colocado como horizonte de emancipação, assim como, nos romances fundacionais, essa promessa se concretizava (ficcionalmente) nas instituições do casamento e na educação masculina. No entanto, aqui tal elemento ganha ares de humor negro. Afinal, María Teresa também observa que, aos estudantes, as aulas de artes e literatura (que ela explicitamente

<sup>31</sup> SOMMER, Doris. *Ficções de fundação: os romances nacionais da América Latina*. Trad. Gláucia Gonçalves e Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: UFMG, 2004, p. 47-48.

<sup>32</sup> MOLLOY, Sylvia. *Vale o escrito: a escrita autobiográfica na América hispânica*. Trad. Antônio Carlos Santos. Chapecó: Argos, 2004, p. 162.

<sup>33</sup> Sem dúvidas, o autor que melhor percebeu as correlações entre essas duas estratégias e sua violência estrutural foi aquele que também escreveu o romance que atua como um fim para elas: trata-se de Machado e Assis e seu *Dom Casmurro*. Toda a estrutura romântica se reverte em puro ódio pelas capacidades desenvolvidas por Capitu a partir de uma educação não institucional. Cf. SCHWARZ, Roberto. *Dois meninas*. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

<sup>34</sup> CM, p. 179.

diferencia da de gramática) reservavam certa dose de libertação. Contudo, nessa visão um tanto torta, “liberdade” para María Teresa nada mais é que sinônimo de uma maior flexibilidade para os alunos poderem sair da sala e frequentar o banheiro, na procura de um último espaço de privacidade – exatamente lá onde ela os vigia em busca de novas infrações.<sup>35</sup>

### 3. Reflexão extemporânea

Eis que, no percurso de leituras dos livros de Kohan, encontramos mais do que o eco de junho em nosso presente, elementos que, não por acaso, irão convergir no plano escolar.

Sem dúvida, o mais importante herdeiro dos protestos de 2013 encontra-se no movimento de ocupação das escolas iniciado em São Paulo em 2015,<sup>36</sup> que acompanha a série de lutas contra o fechamento, a privatização e a precarização de unidades de ensino públicas que percorre Chile, Argentina e Brasil, criando uma rede de experiências e estratégias entre os alunos desses três países. Neste ano (2016), iniciou-se uma segunda onda de ocupações, ainda em larga expansão, dessa vez contra a Medida Provisória que impõe uma reorganização do ensino médio e a chamada Proposta de Emenda Constitucional 241, que congela o investimento em setores públicos para os próximos 20 anos.

Uma característica desses acontecimentos ainda parece não ter sido suficientemente enfatizada: trata-se de um raro momento na história das instituições pedagógicas desses países no qual os alunos legislam – mesmo que brevemente – sobre seu próprio ensino, a partir de um sistema de “doação de aulas”. Com ele, integram-se pessoas das mais diversas áreas, principalmente universitárias, para oferecer cursos e oficinas de temas alheios aos programas didáticos, reatando os laços entre as escolas de formação secundária e o restante da sociedade, separação essa resultante das reformas que se seguiram imediatamente aos golpes militares, e das quais nossa estrutura de ensino ainda é devedora.<sup>37</sup> Tópicos como feminismo, culturas indígenas e africanas, história da ditadura militar e questões de gêneros e raça são particularmente requisitados – temas que, não por acaso, transpassam e são transpassados por esse violento dispositivo de paixão pela gramática, tal

<sup>35</sup> CM, p. 99.

<sup>36</sup> Cf. *Escolas de luta*. Org. Antonia Campo, Jonas Medeiros e Márcio Ribeiro. São Paulo: Veneta, 2016.

<sup>37</sup> Para um bom resumo sobre como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9.394/96), promulgada em 1996, e as subsequentes tentativas de reforma no ensino deixam intactas as heranças estruturais da Ditadura Militar, cf. TOLEDO, Maria Rita de Almeida. “A nova reforma do Ensino Médio e o debate sobre suas finalidades”. *Revista Cult*, nº 209, São Paulo, fevereiro de 2016.

como mostram os livros de Kohan.<sup>38</sup> Devemos considerar essa partilha para além da coincidência. De fato, a vantagem dessa leitura entrecruzada é a compreensão mútua tanto dos problemas formais encontrados em obras contemporâneas latino-americanas quanto da significação histórica mais ampla de eventos recentemente vivenciados, panorama que às vezes se obscurece pela emergência justa de suas reivindicações.

Cabe, então, àqueles que se inserem no campo das Letras, a tarefa de enfrentar essa pergunta severa – formulada duplamente, tanto a partir de Kohan como do movimento de ocupação das escolas – sobre qual seria o papel da literatura dentro de um projeto de ensino ou mesmo se ela deve ocupar um lugar ali. A mera defesa de sua inserção e permanência como algo autoevidente parece, cada vez mais, uma má estratégia.

No caso brasileiro, o modo como o ensino da norma culta e o da literatura coabitam um mesmo espaço simbólico disciplinar é, talvez, a mais representativa imagem de como funciona a gramática da liberdade nas democracias pós-ditatoriais. Isso porque, nesse ambiente, o literário nada mais é que uma ilustração de uso exemplar da língua, inclusive e principalmente, por se tratar de uma exceção à língua padrão. O curto-circuito ocorre porque essa outra possibilidade formal da linguagem não é objeto de ensino: no máximo, ela é codificada em uma seleção de características notáveis de certo cânone, algo que, novamente, reforça seu lugar de excepcionalidade. A retirada da prerrogativa do ensino de literatura (ainda que sua imposição ainda pare devido a exigências dos exames seletivos para ingresso nas universidades) a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais publicados pelo MEC entre 2001 e 2002, substituindo-a por “manifestações de comunicação e expressão”, nada mais é que uma disseminação desse mesmo processo: o mecanismo de exemplaridade disjuntiva apenas se expandiria a todo o “repertório comum”.<sup>39</sup> A língua então aparece duplamente despossuída: no entanto, se a norma pode ser ao menos ensinada, a noção de um uso “imaginativo” ou mesmo “cotidiano” da língua permanece como algo, ao mesmo tempo, aquém e além da aprendizagem e do pensamento. Essa relação possui uma incrível paridade com o modo pelo qual se presume o funcionamento do sistema democrático no país: um ritual intuitivo e imposto, dispensando qualquer tipo de

---

<sup>38</sup> Importante notar como os alunos inscrevem esses conhecimentos sobre a própria materialidade de seus colégios, quando, por exemplo, rasuram os prédios que homenageiam Castelo Branco ou Almirante Barroso, rebatizando-os “Clarice Lispector” ou “Fátima Soares” (ex-cozinheira da escola, demitida pelos serviços de terceirização da merenda), como aconteceu no Paraná e no Espírito Santo, entre outros lugares.

<sup>39</sup> Cf. Parâmetros Curriculares Nacionais, Parte II: Linguagens, Códigos e Suas Tecnologias. Brasília: MEC, 2001, p. 20-23. Note-se que o critério para expandir o campo de exemplaridades da língua segue justamente a lógica de instigar uma maior afetividade dos alunos pelo idioma.

aprendizagem política, mas que também permanece transcendente, operado unicamente pelos representantes eleitos.

Isso, obviamente, não se resolve com a separação em duas disciplinas ou com aulas de escrita criativa (ainda que nenhuma dessas alternativas deva ser menosprezada). Para formular uma justificativa para a disponibilidade do ensino de literatura e das artes em todas as escolas, talvez devêssemos começar pelo caminho inverso, isto é, a partir do trauma dessa gramática de despossessão da língua que atravessam também os livros de Kohan.

Para isso, o lugar-comum sobre o fracasso pedagógico no ensino de língua e literatura baseado no déficit de afetividade dos professores e alunos pelos seus objetos deve ser absolutamente rechaçado: lógica que, cruelmente, é empregada tanto nos textos do PCN, quanto em declarações oficiais sobre as ocupações das escolas, no lugar de admitir a evidente falta de condições materiais do setor. Seria necessário, inclusive, começar a se perguntar se nesse desafeto tão diagnosticado, não haveria de fato um elemento de resistência à gramática perversa que permeia a história latino-americana. Se assim for, tal seria um possível ponto de partida para uma compreensão da língua e de uma ideia de educação que pudesse reinventar noções como emancipação, liberdade e democracia.

Vale, portanto, concluir com a observação de Adorno, em seu famoso ensaio “A educação depois de Auschwitz”:

O incentivo ao amor – provavelmente na forma mais imperativa, de um dever – constitui ele próprio parte de uma ideologia que perpetua a frieza. Ele combina com o que é impositivo, opressor, que atua contrariamente à capacidade de amar. Por isto o primeiro passo seria ajudar a frieza a adquirir consciência de si própria, das razões pelas quais foi gerada.<sup>40</sup>

---

<sup>40</sup> ADORNO, Theodor. “A educação depois de Auschwitz”. In: *Educação e emancipação*. São Paulo: Paz e Terra, 2006, p. 134-135.